



THAIRINE RIBEIRO SALLES

**RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E ATUAÇÃO DE EDUCADORAS
NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

LAVRAS – MG

2019

THAIRINE RIBEIRO SALLES

**RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E ATUAÇÃO DE EDUCADORAS
NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Pedagogia, para a obtenção do título de Licenciada.

Prof. Dr.^a Luciana Soares da Silva
Orientadora

**LAVRAS – MG
2019**

À memória de minha mãe, pelo seu legado e pelos laços ancestrais que nos mantêm ligadas.

Dedico.

Agradecimentos

Depois de muita luta, finalizo mais uma etapa importante da minha vida. Foi um período de muita aprendizagem e conquistas junto a pessoas incríveis, que fazem parte da minha existência e as que passaram a fazer parte.

Agradeço primeiramente ao sagrado e aos meus ancestrais, que guiaram e guiam a minha Ori.

À minha irmã Thaianne (Tuka), por ser meu porto seguro e nunca soltar a minha mão. Você é e sempre será a melhor parte de mim, sem você eu jamais conseguiria me manter de pé frente aos desacertos da vida. Te amo pra sempre e por mais vários pra sempre.

Ao meu irmão José (Fubá), obrigada por ser esse moleque carinhoso, meu companheiro desde criança. Estaremos sempre juntos até depois do fim, te amo!

Ao meu pai (Zé Fubá), por ser um homem incrível, sem palavras, meu velho! Te amo.

À tia Lúcia e Claudicéia, por representarem o amor materno!

À família Ribeiro, que mesmo não estando perto todos os dias acompanharam a minha trajetória acadêmica.

À família Salles/Sales, vocês foram a melhor companhia dos últimos anos, só tenho a agradecer ao sagrado que nos uniu novamente. Amo cada um de vocês de forma incondicional! Tamo junto, família.

Agradeço a minha família da “quebrada”, em especial à Jacqueline, por ser a amiga de todas as horas. Ingrid, Alysson, Raciele, Dayane, vocês também são parte dessa história.

Agradeço, de coração, à querida Valéria (Pinta) e sua família, pelo carinho e apoio de sempre.

Ao meu amigo e minhas amigas de graduação, obrigada por construírem junto a mim uma história de amor. Patrick, o que seria de mim sem você? Obrigada por me ensinar a ser uma pessoa melhor, e que a vida quando cobra é só bloquear. Rs! Letícia, a mulher mais araiana que já conheci. Você me ensinou que eu sou capaz, me deu forças para continuar. Marcela, não sabe o que está acontecendo, mas esteve sempre ali calma e segura, obrigada por ser calmária em meio ao caos. Milca, você é inspiração! Sem mais. Nathalia, você foi a melhor surpresa dessa graduação e quem diria que nossa amizade

iria ser para além ?! Camila e Larissa, apesar das voltas que o munda dá, estamos sempre juntas. Nutro um amor por vocês que não cabe em meu peito, amo-lhes!

À minha querida e amada orientadora Luciana, eu não tenho nem palavras para descrever o quão eu cresci com você. Só de pensar que eu não sabia escrever uma resenha e hoje aprendi a escrever, mas não escrever por escrever. Aprendi da melhor maneira, com seu amor, dedicação e compreensão. Obrigada por ser maravilhosa e por ter me ajudado a tornar uma pedagoga de respeito!

À professora doutora Jacqueline, por ser minha inspiração de educadora, por mostrar que educação também se faz através de lutas e resistência. Obrigada por estar sempre disposta a ajudar, você é incrível!

À professora doutora Ellen, pelo companheirismo e apoio sempre!

A Wilma Rigolon, pelo carinho, cuidado e apoio durante a realização deste trabalho. Você mora no coração!

À minha amada Nathalia (Fu), você me ensinou a crescer como mulher. Te amo muito!

Meu eterno obrigada!

*“É necessário sempre acreditar que o sonho é possível
Que o céu é o limite e você, truta, é imbatível...”*

Racionais, Mc's

RESUMO

A escola como um espaço de construção de saberes, deve promover um ambiente em que haja respeito à diversidade, destacando-se, dentre elas, as relações étnico-raciais que, permeadas pelo mito da “democracia racial” existente em nossa sociedade, foram banalizadas no decorrer do tempo. A educação brasileira enfrenta desafios para a desconstrução do racismo e contra a discriminação étnica nos espaços escolares, o que reforça a importância da luta pelos direitos igualitários. Nesse mesmo sentido, houve um silenciamento dos aspectos da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas, de modo a reproduzir representações estereotipadas dos negros e dos índios. Dessa maneira, a escola tornou-se alvo de um dos grandes movimentos de luta, o movimento negro, que vislumbra a inclusão da cultura afro-brasileira nos currículos escolares. Depois de anos de luta, em 2003, foi publicada a Lei 10.639/2003, que obriga e inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura afro brasileira". Tal lei foi alterada em 2008 pela Lei 11.645, quando se tornou também obrigatória a abordagem da História e Cultura Indígena. Diante dessa mudança na legislação, surgiu a recomendação de uma educação voltada para o respeito às diferenças, o que promoveu em âmbito Federal, Estadual e Municipal a elaboração de materiais em prol de uma educação para as relações étnico-raciais. Desse modo, o nosso objetivo com este trabalho é refletir acerca da atuação docente e suas práticas pedagógicas para a aplicabilidade da lei.

Palavras-chave: Relações raciais. Práticas Pedagógicas. Escola. Educação Infantil.

ABSTRACT

As cultural spaces of knowledge production and construction, schools should promote an environment of respect towards diversity. In particular, it should pay attention to the ethno-racial relations which, following the myth of “racial democracy” in our society, had been treated trivially for a long time. Brazilian education has to face several challenges in the fight for equal rights, attempting to deconstruct racism and to stand against ethnic discrimination in schools. In this framework, there had been a silencing of Afro-Braziliana and Indigenous history and cultures in school programs, causing the perpetration of a stereotyped representation of people of African and Indigenous descent. In this way, schools became the battleground of the “black movement”, one of the most important social movements which aimed at including Afro-Brazilian themes in education programs. After years of social battles, in 2003 the Law 10.639/2003 was promulgated. This law includes the subject of “Afro-Brazilian History and Culture” in the official programs of basic education. It was modified in 2008 by the Law 11.645, which also made it compulsory to run courses on “Indigenous History and Culture”. This change in legislation suggested an approach to basic education to promote diversity and respect in Federal, National and Municipal environments, and also resulted in the production of new educational materials on ethno-racial relations. The objective of this dissertation is to reflect on the teachers’ possible actions and pedagogical practices to comply with the law.

Keywords: Racial Relations, Pedagogical Practices, School, Basic Education

Sumário

Agradecimentos	4
RESUMO	7
ABSTRACT	8
INTRODUÇÃO.....	11
1. RACISMO, PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO.....	13
1.1 Educação Infantil e sua relevância nas relações raciais	17
2. FORMAÇÃO DOCENTE.....	24
3. METODOLOGIA.....	26
3.1 Perfil das educadoras	27
3.2 A autodeclaração de raça	28
3.3 Refletindo acerca das questões	29
3.4 Por uma Pedagogia antirracista	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
Referências	41

INTRODUÇÃO

Durante minha formação acadêmica, participei de pesquisas relacionadas ao tema relações étnico-raciais na Educação Infantil, o que proporcionou um contato concreto com as escolas da rede municipal de ensino da cidade de Lavras-MG. Ainda no processo formativo, participei de um projeto de extensão chamado “Lê pra mim?”, cujo objetivo era a contação de histórias afro-brasileiras e indígenas na Educação Infantil. A partir dessas vivências, pude observar a defasagem da atuação docente para as questões raciais, o que gerou uma inquietação em investigar como são elaboradas e executadas as práticas docentes para as relações étnico-raciais na Educação Infantil. As crianças possuíram papel fundamental para construção desse Trabalho de Conclusão de Curso, ensinaram-me a olhar com criticidade para os processo de construção social e entender que o racismo e suas praticas discriminatórias existem e precisam ser banidos ou minimizados.

A discussão que tangencia o presente Trabalho de Conclusão de Curso advém da inquietação acerca dos processos educativos para as relações raciais na Educação Infantil, e como a atuação docente e o conhecimento da Lei 10.639/03 são fundamentais para promover a educação nesse âmbito. No intuito de refletir a respeito dessa problemática e entrelaçar a Pedagogia à diversidade, parte-se do pressuposto de que a escola e suas práxis são capazes de produzir novas visões e concepções de mundo, no que tange à nossa pluralidade cultural.

Pensando a escola como um local que oferece para as crianças o acesso à diversidade, o presente trabalho tem por objetivo evidenciar a atuação docente e a construção de suas práticas a partir da Lei 10.639, partindo-se de um questionário semiestruturado com questões relacionadas ao tema do trabalho, no intuito de analisar como é realizada a educação voltada para as diferenças. Ensinar e aprender em meio às relações étnico-raciais, em contexto de sociedades multiculturais como a nossa, é um tema amplo, vasto e permite muitas aproximações, e muitas vezes não se percebe a ausência nos currículos escolares, e como a voz e a imagem que ocupam a classe dos menos favorecidos (negros/as, indígenas, homossexuais, dentre outros.), que deveriam e mereciam holofotes maiores sem ninguém ser melhor ou superior. (SILVA, 2007).

Acredita-se que os trabalhos voltados à investigação das relações étnico-raciais na Educação Infantil ainda são escassos, no que tange à atuação docente; talvez seja devido ao negligenciamento e ao silenciamento de culturas não pertencentes à cultura

européia dominante. Essa ocorrência representa e estabelece uma grande lacuna a ser preenchida para compreensão das diferenças, da formação docente, da cultura silenciada, dentre outras, no intuito de não organizar toda a educação pautada e baseada apenas em uma cultura étnica dominadora.

1. RACISMO, PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO

O Brasil, em sua essência, segue padrões tradicionais europeus em sua construção social, visto que o país foi colonizado por portugueses. Durante o período de colonização, foram traficados da África negros e negras para realizarem trabalho escravo em nosso país. Os negros e as negras fizeram-se resistentes e, por meio de revoltas, lograram o fim da escravatura e foram reintegrados em uma sociedade racista, sendo discriminados e ocupando posições inferiores aos brancos e às brancas. Nesse sentido, Oliveira Candau (2002) afirma que

o colonizador destrói o imaginário do outro, invisibilizando-o e subalternizando-o, enquanto reafirma o próprio imaginário. Assim, a colonialidade do poder reprime os modos de produção de conhecimento, os saberes, o mundo simbólico, as imagens do colonizado e impõe novos. Opera-se, então, a naturalização do imaginário do invasor europeu, a subalternização epistêmica do outro não europeu e a própria negação e o esquecimento de processos históricos não-europeus. Essa operação se realizou de várias formas, como a sedução pela cultura colonialista, o fetichismo cultural que o europeu cria em torno de sua cultura, estimulando forte aspiração à cultura europeia por parte dos sujeitos subalternizados. Portanto, o eurocentrismo não é a perspectiva cognitiva somente dos europeus, mas torna-se também do conjunto daqueles educados sob sua hegemonia (2002, p.19).

Cabe destacar que, segundo dados estatísticos, os negros e negras correspondem a 54% da população brasileira, o que substancia as palavras de Beato (*apud* SANT'ANNA, 2005, p.60), “de que existe uma relação de causa e efeito entre características físicas herdadas por uma pessoa e certos traços de personalidade, inteligência ou cultura”; nessa perspectiva, o povo negro traz em sua trajetória histórico-cultural características de sua cultura e da própria identidade, enfatizando a sua contribuição significativa para o desenvolvimento histórico do Brasil.

Discursar acerca do racismo em uma sociedade altamente fundamentada em princípios europeus é uma tarefa árdua, pois acredita-se não haver racismo; portanto, é de suma relevância expor de maneira eficaz para a sociedade a grande influência do povo negro para a construção histórica brasileira. O racismo é permeado por uma articulação de conceitos, tais como o estereótipo, o preconceito e a discriminação racial. Para comentar a respeito de racismo é necessário apresentar algumas definições para maior entendimento. Sant'ana (2005, p.60) define que “Racismo é uma ideologia que postula a existência de hierarquia entre os grupos”, reforçando a concepção de que os brancos e as brancas formam uma classe que detém “poder” em relação aos negros e às negras na sociedade, os quais são deixados à margem de um possível processo de

ascensão no meio social. O racismo é classificado em decorrência da cor da pele; quanto mais escuro for o tom de pele, maior a discriminação, desencadeando inúmeras formas de julgamentos. Em suma, o preconceito que é disseminado por muitas pessoas pode acarretar diversos danos morais, sociais e psíquicos em quem sofre.

Conforme Sant'Ana (2005, p.62), "Preconceito é uma opinião preestabelecida, que é imposta pelo meio, época e educação", o que implica um pré-julgamento, no qual as pessoas são pré-definidas pelo que vestem, ambiente em que vivem e principalmente pela cor da pele, que são circunstâncias que favorecem a prática do racismo. Sant'ana (2005, p.62) ainda afirma que o preconceito é "Uma indisposição, um julgamento prévio, negativo que se faz de pessoas estigmatizadas por estereótipos". Os estereótipos, por sua vez, possuem causa e efeito na sociedade, uma vez que são afirmativas pré-estabelecidas pelas pessoas, manifestados de maneira comportamental.

A discriminação, de acordo com o autor, "é o nome que se dá para a conduta (ação ou omissão) que viola direitos das pessoas com base em critérios injustificados e injustos, tais como a raça, o sexo, a idade, a opção religiosa e outros". (SANT'ANA, 2005, p.63). A discriminação racial ocorre com frequência de uma maneira velada, o que faz acreditar que não existe racismo, que se estende do ambiente familiar ao espaço escolar, e leva a pessoa discriminada a interiorizar o preconceito sofrido. Segundo os conceitos estabelecidos pelas Nações Unidas (Convenção da ONU/1996, sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial):

Significa qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferências baseadas em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica, que tenha como objeto ou efeito de anular ou restringir o reconhecimento, o gozo ou exercício, em condições de igualdade, os direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político, social ou cultural, ou em qualquer outro domínio da vida pública (ONU, 1996).

Racismo, preconceito e discriminação são ações interligadas e redundantes. O preconceito é resultado dos conceitos pré-estabelecidos pela sociedade, e quando é relacionado à raça desencadeia o racismo, praticado constantemente de forma explícita ou não, apesar de não ser validado por muitas pessoas e taxado como algo inexistente. Se a sociedade pré-estabelece conceitos, evita culturas ou outras raças, evidentemente irá discriminar todos os que não pertencem aos padrões da sociedade, colocando-os assim em uma posição de minoria no ambiente em que vivem. Nesse sentido, são inevitáveis os processos discriminatórios.

Para entender as práticas discriminatórias, é necessário percorrer caminhos históricos, que descrevem a não ascensão das culturas que divergem das europeias, considerando que o período da escravidão foi um marco relevante para a não valorização de negros e negros na sociedade.

Partindo do pressuposto que toda desigualdade se estrutura a partir de um juízo de superioridade, aparentemente os negros, desde que foram trazidos para as terras brasileiras, estiveram submetidos a todo tipo de juízos, normalmente negativos e pejorativos, sobre sua condição de diferente no plano sociocultural. Assim, o modo como as diferenças naturais e culturais são construídas socialmente, na forma de desigualdades sociais, torna-se um problema científico e político nas sociedades. (SILVÉRIO, 2002, p.223).

Ainda segundo Silvério (2002), a tentativa de negar que os negros e as negras são figuras importantes como constituintes das desigualdades leva em conta uma minoria significativa das classes dominantes, e chama a atenção para a singularidade de nossas relações raciais. Dessa forma, é possível pensar o modo com que as práticas discriminatórias constituem-se no cenário social e de certa maneira no âmbito educacional, instituindo a necessidade de criar métodos que minimizam o racismo como um todo.

É preciso desmistificar essa imagem pejorativa estabelecida acerca do povo negro ao longo dos anos. “A alternativa de compreensão simultânea das hierarquias de gênero, raça e classe que tem se baseado, muitas vezes, em modelo cumulativo, esperando-se uma associação (ou adição) das diferentes formas de subordinação” (ROSEMBERG, 1996, p.59). A imagem negativa associada ao povo negro constrói veementemente o racismo, colocando-o na base da pirâmide social e ocupando espaços de inferioridade em relação aos brancos e às brancas.

Acredita-se que o racismo é mais violento quando praticado com as crianças que, de certa forma, estão mais vulneráveis em relação às marcas deixadas em seu psicológico, afetando relações futuras com o meio social. Em uma pesquisa realizada por Cavalleiro (2000), foi possível observar que crianças entre 4 e 6 anos apresentam uma identidade negativa em relação ao grupo étnico pertencente; em contrapartida, crianças brancas revelam um sentimento de superioridade, atribuindo caráter negativo em relação à cor da pele. Entretanto, vive-se “atualmente” em um período de racismo velado, permeado pelo mito da “democracia racial”, definido por Abdias Nascimento (1983) como

(...) uma fachada despistadora que oculta e disfarça a realidade de um racismo tão violento e destrutivo quando aquele dos Estados Unidos ou da África do Sul. (...) Não se resolvem problemas utilizando-se o método avestruz: o método de ignorar a realidade concreta metendo a cabeça na areia (NASCIMENTO *apud* CAVALLEIRO, 2000, p.28).

Constitui, assim, um instrumento de hegemonia branca brasileira que mascara um processo genocida.

O racismo sempre foi uma realidade sociocultural desde os tempos primórdios e não é meramente um fenômeno social estabelecido nas relações interpessoais. Em contrapartida, acredita-se que a escola e a família podem ser fortes aliadas no combate ao racismo e/ou minimização, considerando que ambas representam a possibilidade de transformação no que diz respeito ao processo educacional que vise a uma educação equânime, a fim de abolir as práticas discriminatórias, o racismo e o preconceito. Contudo, é preciso que haja um olhar mais crítico dos/das professores/as para as tensas relações étnico-raciais que se naturalizam e integram o dia a dia de homens e mulheres brasileiras. O ambiente escolar é o lugar de maior incidência; conforme Silva (2007), o ocultamento da diversidade no Brasil tem reproduzido, cultivado, entre negros, índios e empobrecidos, o sentimento de não pertencer à sociedade, formando uma harmoniosa sensação de que vivemos em uma sociedade integrada e que não vê as diferenças.

Dentre outras implicações, família, escola e sociedade compõem uma tríade de suma importância no processo de socialização do indivíduo, ainda mais quando se refere a crianças de 0 a 7 anos. Segundo Cavalleiro (2000), a socialização primária é tarefa familiar, em que a criança aprende a ter atitudes, opiniões e valores a respeito da sociedade ampla e a respeito do espaço de inserção de seu grupo social. Nesse início de vida, a família e a escola serão mediadores primordiais, apresentando o mundo social. Considera-se que há vários meios que influenciam e moldam as pessoas e os grupos sociais, atuando tanto em ambientes familiares como em ambientes públicos.

Nessa marcha inexorável do tempo, seria um equívoco não afirmar que o racismo está presente em todos os espaços sociais. Nesse sentido, Moore (2007) assevera que mesmo havendo um debate em torno das questões raciais atualmente, não é o debate necessariamente que acarretará uma mudança significativa. As questões da diversidade em si são apenas dados estatísticos e não transformadores. Para a alteração desse contexto, seria preciso uma mudança profunda e estrutural, desmantelando as

desigualdades sociorraciais, promovendo a diversidade em um conceito mais amplo, a partir da educação. Todas as lutas sociais pelo pluralismo racial são de extrema importância e faz-se necessário em âmbito mundial. O racismo é uma questão de domínio e precisa ser combatido e banido.

1.1 Educação Infantil e sua relevância nas relações raciais

A Educação Infantil passou por vários processos históricos ao longo dos anos; diante das lutas foram promulgadas leis que partiam de políticas públicas. Oliveira (2008) afirma que:

Até o século XIX não existia o que hoje denominamos educação infantil. Com a urbanização e a expansão da escola obrigatória, que correspondia a algo semelhante ao nosso ensino fundamental, todo atendimento fora da família, as crianças e adolescentes que não frequentavam aquilo que era entendido como escola era chamado de educação pré-escolar. Mais recentemente, graças à universalização da escolaridade obrigatória, a ideia de pré-escola restringiu-se ao atendimento educacional fora da família, em creches e pré-escolas, ou seja, a educação infantil. (OLIVEIRA, 2008, p.80)

No início do século XIX, já eram nítidas as padronizações; os moldes caracterizavam-se como europeus em quase todo o mundo. Conforme Oliveira (2011), a educação infantil brasileira foi influenciada desde esse período, quando a educação das crianças era responsabilidade das igrejas e, logo após, as creches passaram a ser refúgio para a classe baixa, tornando-se locais em que os pais deixavam seus/as filhos/as para poderem trabalhar. Ainda segundo a autora, propostas educacionais feitas por Decroly, Froebel e Montessori eram para atender crianças de camadas vulneráveis, que no decorrer do tempo passaram a ser utilizadas e aperfeiçoadas por educadores/as que trabalhavam com o grupo de privilegiados. Foi quando a classe média ganhou forças para lutar pela difusão de propostas pedagógicas e compromissada com o desenvolvimento da criança, visto que nessa época a Educação Infantil era apenas assistencialista.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, e do Estatuto da Criança e do Adolescente, o acolhimento de crianças em espaços coletivos passou a ser visto como demanda de Educação; essa concepção foi constituída por uma sequência de acontecimentos nos parâmetros da educação brasileira.

A Educação Infantil teve uma ênfase considerável em 1988, com a Constituição Federal, visto que anteriormente possuía cunho assistencialista. Desde a criação da Constituição de 1988, o encargo da Educação Infantil passou a ser dos municípios. O Art. 30, inciso VI, declara: “Compete aos Municípios: manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental”. (BRASIL, 1988).

As crianças passaram a ter direito ao atendimento em creches e pré-escolas com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional(LDB), em 1996, em que o Art.29 expõe:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Tendo em vista que as legislações prezam os direitos das crianças no âmbito da educação, é necessária a introdução de uma educação para as relações étnico-raciais, a fim de promover a construção de saberes socioculturais. O não conhecimento dos/das educadores e educadoras acerca do assunto favorece a ocorrência de práticas discriminatórias na esfera educacional. Precisamos percorrer caminhos alternativos nas práxis pedagógicas, com um diálogo permanente com a história, pois a educação é também um lugar de luta e resistência.

Nessa perspectiva, os/as educadores e educadoras são protagonistas no jogo paradoxal, uma vez que detêm em suas mãos a ferramenta de construção e valorização da diversidade cultural no processo de ensinar-aprender-ensinar. Assumindo essa posição de protagonistas do processo, é necessário possuir um olhar mais atento à criança, possibilitando uma leitura mais crítica e construtiva acerca das relações étnico-raciais, evitando a reprodução de práticas racistas e estereotipadas.

A criança aparece como um ser figurativo na sociedade em que vivemos, uma vez que são fadadas a viver e conviver em um mundo adultocêntrico, vistas inicialmente apenas como objeto de estudo. Diferentes autores afirmam que a criança não ocupa os seus espaços estaticamente e sim de modo aleatório e moldado pela sociedade e família.

A infância é marcada por determinantes históricos e culturais, que são produto e fruto do tempo e da cultura em que as crianças estão inseridas. Logo, seria um equívoco

corroborar que a criança não ocupa um espaço padronizado por aqueles que as moldam, tirando assim a sua totalidade e potencialidade de serem autênticas e criativas de sua própria história. Na infância, os processos históricos e culturais podem ser reinventados, desde que haja um diálogo entre adultos e crianças, partindo do princípio de alteridade.

Nas Diretrizes Curriculares da Educação Básica, na seção I, na Educação Infantil,

o seu objetivo é o desenvolvimento integral da criança. Que independente de qualquer a individualidade ou individualidades da criança, devem ser respeitadas e acolhidas pelos profissionais da educação e escola; Que são esses os princípios que baseiam a prática pedagógica: individualidade, igualdade, liberdade, diversidade e pluralidade; Que as crianças demandam a atenção intensiva durante as brincadeiras orientadas, pois este é o momento que a curiosidade deve ser estimulada; Que os valores como: solidariedade e respeito, e o reconhecimento do vínculo à família devem se iniciar na Educação Infantil; E que todos os sistemas educativos devem promover condições para que haja a integração comunidade-escola, através de projetos e programas sociais em parcerias dos diversos segmentos da sociedade civil; 'a gestão de convivência'.

Partindo dos exemplos citados acima, devemos introduzir em nossas práticas pedagógicas as relações étnico-raciais, que têm papel fundamental na construção histórica de nosso país. Assim, Cavalleiro (2000) faz refletir acerca do papel da escola nesse processo, que tem perpetuado desigualdades de tratamento e minado efetivas oportunidades igualitárias a todas as crianças.

Além da teoria e dos currículos que vão permear a proposta pedagógica das/os profissionais de magistério da Educação Infantil, é preciso perceber que tais práticas não se efetivar em primeira mão no planejamento, tanto anual quanto no planejamento de aula, a fim de possibilitar trabalhar a cultura afro-brasileira em diferentes vertentes no âmbito educacional.

Portanto, é necessário formar educadoras e educadores críticos e reflexivos acerca dessa cultura negada e silenciada por muitos ao longo do tempo; o contexto é complexo e atinge de forma direta a formação educacional das crianças. Por conseguinte, devemos propor uma (re)construção histórica, que se preocupe em educar e ensinar uma história oposta à perspectiva eurocêntrica dominante. Destarte, ampliando as possibilidades das práticas pedagógicas, para entender que é possível que a teoria esteja condizente com a prática, desde que todo o processo esteja de acordo com a realidade e as condições que a escola proporciona para os alunos.

A educação em geral assume papel fundamental na discussão referente à formação docente e a consciência para as desigualdades raciais, levando em conta a importância que os /as educadores/as possuem na formação identitária dos indivíduos. Os movimentos sociais também são protagonistas no processo educacional e principalmente para a sociedade; destaca-se o Movimento Negro como uma das principais fontes educadoras fora dos ambientes escolares para as relações raciais.

Os movimentos sociais trazem para a pedagogia algo mais do que conselhos moralizantes tão do uso das relações entre mestres e alunos. Recolocam a ética nas dimensões mais radicais da convivência humana, no destino da riqueza, socialmente produzida, na função social da terra, na denúncia da imoralidade das condições humanas, na miséria, na exploração, nos assassinatos impunes, no desrespeito à vida, às mulheres, aos negros, na exploração até da infância, no desenraizamento, na pobreza e injustiça...

Aí nessas radicalidades da experiência humana os movimentos sociais repõem a ética e a moralidade, tão ausentes no pensamento político social. E pedagógico também.

Eles reeducam os indivíduos, os grupos e a sociedade. Mostram urgência do reencontro da pedagogia com essas dimensões éticas e tão determinantes nas possibilidades de formação e humanização, inclusive da infância popular que conduzimos como educadores,

Nos processos educativos há um misto explosivo de condições objetivas, de crenças, valores, culturas, memória, identidades, subjetividades, emoções, rituais, símbolos, comemorações... que se dão de maneira privilegiadas nos movimentos sociais. (ARROYO *apud* GOMES, 2017, p. 51-52).

Acredita-se que escola é uma instituição responsável pela transmissão de conhecimento, desconsiderando outras formas de produção de conhecimento. O motivo pelo qual se destaca o Movimento Negro é sua produção de saberes e suas incansáveis lutas por uma pedagogia emancipatória, igualitária e equânime, sendo possível repensar a escola, as práticas pedagógicas, descolonizar os currículos e dar visibilidade aos sujeitos e suas vivências.

1.2 A lei 10.639/03 e as relações étnico-raciais na Educação

A escola é considerada um espaço de construção de saberes e cultura; é necessário que se promova nesse ambiente o respeito às diversidades, destacando dentre elas as relações étnico-raciais que, permeadas pelo mito da “democracia racial” existente em nossa sociedade, foram banalizadas ao decorrer do tempo. Em janeiro de 2003, houve a implementação da lei nº 10.639, que tornou obrigatória a inclusão do ensino da História e cultura afro-brasileira e africana nos estabelecimentos de ensino públicos e particulares da educação básica. Foi uma vitória após as incessantes lutas do

Movimento Negro em prol de ações afirmativas que contemplassem a história do povo negro na educação; posteriormente, tal lei foi alterada para a 11.645/08, que incorporou o ensino de história e cultura indígena.

A lei 10.639 estimula e mobiliza a elaboração do currículo oficial escolar, palco de grandes lutas políticas e ideológicas, proporcionando à criança, sobretudo a criança que está em seu processo formativo e identitário, o acesso e a apropriação do que é ofertado nos currículos. Pressupõe-se que há uma falha no processo de ensinar-aprender-ensinar a respeito das questões raciais; nessa perspectiva, tal lei contribui significativamente para a apropriação das crianças negras acerca de seu (re) conhecimento, pertencimento e valorização de sua cultura em nosso país. Por conseguinte, torna-se viável uma educação que desmantele os moldes europeus, violentos e excludente dos espaços escolares.

Nesse sentido, é necessário que haja o cumprimento da Lei para o enaltecimento das matrizes africanas que compõem o cenário educacional e permeiam de modo intenso a diversidade cultural brasileira, sendo suscetível de ressignificação no âmbito escolar como um todo. Para além, fundamenta-se na igualdade de direitos sociais e respeito às diferenças.

A Lei tem como base três princípios:

- *Consciência Política e Histórica da Diversidade*, que encaminha para uma

[...] igualdade básica de pessoa humana como sujeito de direitos; à compreensão de que a sociedade é formada por pessoas que pertencem grupos étnico-raciais distintos, que possuem cultura e história próprias, igualmente valorizadas e que em conjunto constroem, na nação brasileira, sua história; ao conhecimento e à valorização da história dos povos africanos e da cultura afro-brasileira na construção histórica e cultural brasileira; à superação da indiferença, injustiça e desqualificação com que os negros, os povos indígenas e também as classes populares às quais os negros, no geral pertencem, são comumente tratados. (BRASIL, 2004, p.18).

- *Fortalecimento de Identidades e de Direitos*, que direciona para

[...] o desencadeamento de processo de afirmação de identidades, de historicidade negada ou distorcida; o rompimento com imagens negativas forjadas por diferentes meios de comunicação contra os negros e os povos indígenas; os esclarecimentos a respeito de equívocos quanto a uma identidade humana universal; o combate à privação e violação de direitos; a ampliação do acesso a informações sobre a diversidade da nação brasileira e sobre a recriação das identidades, provocada por relações étnico-raciais; as excelentes condições de formação e de instrução que precisam ser oferecidas, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, em todos os estabelecimentos,

inclusive os localizados nas chamadas periferias urbanas e nas zonas rurais. (BRASIL, 2004, p.19).

- Ações Educativas de Combate ao racismo e a Discriminações:

[...] a conexão dos objetivos, estratégias de ensino e atividades com a experiência de vida dos alunos e professores, valorizando aprendizagens vinculadas às suas relações com pessoas negras, brancas, mestiças, assim como as vinculadas às relações entre negros, indígenas e brancas no conjunto da sociedade; a crítica pelos coordenadores pedagógicos, orientadores educacionais, professores, das representações dos negros e de outras minorias nos textos, materiais didáticos, bem como providências para corrigi-las; condições para professores e alunos pensarem, decidirem, agirem, assumindo responsabilidade por relações étnico-raciais positivas, enfrentando e superando discordâncias, conflitos, contestações, valorizando os contrastes das diferenças; valorização da oralidade, da corporeidade e da arte, por exemplo, como a dança, marcas da cultura de raiz africana, ao lado da escrita e da leitura; educação patrimonial, aprendizado a partir do patrimônio cultural afro-brasileiro, o cuidado para que se dê um sentido construtivo à participação dos diferentes grupos sociais, étnico-raciais na construção da nação brasileira, aos elos culturais e históricos entre diferentes grupos étnico-raciais, às alianças sociais; participação de grupos do Movimento Negro, e de grupos culturais negros, bem como da comunidade em que se insere a escola, sob a coordenação dos professores, na elaboração de projetos político-pedagógicos que contemplem a diversidade étnico-racial. (BRASIL, 2004, p.19).

Nesse mesmo sentido, houve nos anos 2000 a instituição da Resolução CNE/CP 01/2004, que detalha os direitos e as obrigações dos entes federados ante a implementação da lei, compondo um conjunto de dispositivos legais considerados indutores de uma política educacional voltada à afirmação da diversidade cultural e da concretização de uma educação das relações étnico-raciais nas escolas. Reafirmando a Lei e a fim de assessorar a formação docente, o Parecer do CNE/CP 03/2004, instituído pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura), aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas, viabilizando a superação das desigualdades no que tange à educação básica e sua totalidade, visando a novas estratégias pedagógicas que contribuam de maneira eficaz para uma educação igualitária.

A importância da aplicação dessa lei efetivamente é de que os /as alunos e alunas possam ter um acesso mais amplo no que diz respeito à cultura africana; nessa perspectiva, o/a professor/professora possui papel fundamental na construção de saberes. Gomes (2008, p.96) afirma: “As relações étnico-raciais deveriam fazer parte de uma formação docente contínua”. O desafio de evidenciar as relações étnico-raciais na escola, pelo pouco conhecimento que os profissionais da área da educação possuem a respeito do assunto, torna-se uma problemática no que diz respeito à educação em todo seu contexto.

Desse modo, pressupõe-se que poucos sabem ou conhecem a grande bagagem e desenvolvimento que os povos africanos e indígenas trouxeram para nossa história. É de extrema importância que se busquem alternativas que façam com que haja realmente o cumprimento de tal lei, porque para avaliarmos o quão devastadora é a desigualdade basta apenas calcular a distância que separa os indicadores sociais, de brancos e brancas, negros e negras. Promover uma educação de qualidade que mostre claramente a relevância dos povos africanos e indígenas, desde os anos iniciais escolares até a universidade; talvez seja eficaz para a melhoria da educação em relação à raça e etnia. Os povos vindos de outras etnias não nos trouxeram apenas histórias de superação e sim um grande legado de conhecimentos.

As relações étnico-raciais na educação brasileira passam por um período de amadurecimento ao longo dos anos, e é relevante ressaltar que ainda enfrentam grandes desafios quando o assunto é racial e étnico. Segundo Gomes (2008), o racismo precisa ser combatido, denunciado e banido, e é nesse contexto que o/a educador/a desempenha um papel importante e que nem toda a desigualdade será corrigida por políticas de ações afirmativas cujo objetivo é combater a discriminação.

Os profissionais da educação possuem um papel primordial na mediação de conhecimentos. Gomes (2012, p.105) apresenta os seguintes questionamentos: “Como será que os professores estão trabalhando a questão racial? Quais atitudes podem ser tomadas? Por que a questão racial enfrenta tanta dificuldade na formação do educador no Brasil?” Algumas perguntas são de fáceis e rápidas respostas, porém outras já não é possível responder com tanta facilidade. Conforme Silva (2007),

Apesar da difícil tarefa de ensinar e aprender em sociedade multiétnicas e pluriculturais mas não impossível, os professores e pedagogos não devem fazer vista grossa para relações étnico-raciais que naturalmente integram o dia-a-dia dos homens e mulheres brasileiras. (SILVA, 2007, p.492).

As relações étnico-raciais fazem-se presentes constantemente em nosso cotidiano, e educar de forma exata e coerente é um desafio realmente enfrentado por quase todos/as educadores/as, justamente por não terem tido uma formação para lidar com essas situações que são rotineiras em ambientes escolares. Apropriar-se de uma educação que leva a uma possível desconstrução de estereótipos é imprescindível para a formação social da criança. Portanto, as relações étnico-raciais no âmbito escolar exclusivamente na educação infantil, faz-se necessária devido aos impactos causados

por uma discriminação racial na infância que podem acarretar em danos psicológicos e sociais futuros.

2. FORMAÇÃO DOCENTE

A formação docente ainda é assunto que cabe ser analisado e descrito. Segundo Nóvoa (1995, p.15), “O professorado constituiu-se em profissão graças intervenção e ao enquadramento do estado, que substituiu a igreja como entidade de tutela do ensino”; nesse seguimento, a profissão de professor/a passa ser responsabilidade do Estado, o que corrobora com as afirmações de Kishimoto (2008):

Entre as questões que mobilizam os educadores da infância, encontra-se as políticas públicas de educação infantil, o financiamento, a organização de projetos pedagógicos, a formação profissional, a integração entre o educar e o cuidar e a discussão pedagógica (KISHIMOTO, 2008, p.107).

Deve ser responsabilidade do estado contribuir para uma formação docente, em que seja possível desenvolver a construção de saberes a partir de práticas que visem ao reconhecimento da diversidade cultural e étnica.

Por conseguinte, a formação docente pode desenvolver uma nova versão de conteúdos relacionados à diversidade que precisam de visibilidade nas práticas docentes. Seria equívoco afirmar que a formação docente restringe-se somente ao acúmulo de conhecimentos técnicos; ela se dá também por meio de experiências e vivências no contexto pessoal de cada um/uma. “A formação docente vai e vem, avança e recua, construindo-se no nun processo de relação ao saber e ao conhecimento que encontra no cerne da identidade pessoal” (DOMINICÉ, 1986 *apud* NÓVOA, 1995, p.25). Pressupõe-se que o diálogo entre educadores/as é capaz de construir e tecer novas ideologias acerca de suas práticas no processo educativo. Assim, segundo Nóvoa (1995, p. 28),

A formação de professores deve ser concebida como uma das componentes da mudança, em conexão estreita com os sectores e áreas de intervenção, e não como uma espécie de condição previa da mudança. A formação não se faz *antes* da mudança, faz-se durante, produz-se nesse esforço de inovação e de procura dos melhores percursos para a transformação da escola. É esta perspectiva ecológica de mudança interactiva dos profissionais e dos contextos que dá um novo sentido às práticas de formação de professores centradas nas escolas.

Portanto, a formação docente deve romper com os paradigmas de uma formação pautada em acúmulo de saberes técnicos, é preciso (re) construir dialogicamente através

do conhecimento e das experiências pessoais práticas pedagógicas emancipatórias, a fim de desenvolver um currículo que contemple de forma efetiva a educação para as relações étnico-raciais e para diversidade.

A formação docente que visa às relações raciais e à diversidade precisa perpassar a (re) estruturação do currículo, ressignificando o conhecimento técnico e pessoal das educadoras, para que essa lacuna seja preenchida e a cultura negra deixe de ser silenciada e negada no contexto escolar. Segundo Diniz (2011), a formação docente é marcada por uma intensificação social da diversidade, o que causa duplo efeito na educação. O primeiro são as situações de violências e discriminação racial, de gênero entre outros sujeitos que compõem uma cultura que difere dos padrões sociais e automaticamente leva à exclusão escolar. O segundo é a tentativa de solucionar a problemática por meio de políticas, porém mostrando as particularidades subjetivas e que não conseguem executar de modo efetivo. A educação é um processo de construção complexo e amplo, ainda mais quando se trata de assuntos relacionados a saberes culturais e sociais, havendo assim uma necessidade em seu processo formativo de que os/as educadores/as compreendam que a educação é formada por várias dimensões.

Desse modo,

Pensar e desenvolver uma formação que visa a forjar práticas educativas para o público da diversidade implica pensar tanto as teorias e os campos de saber propícios a essa formação, quanto considerar a subjetividade do(a) docente para enfrentar a gama de valores que geram conflitos tão presentes nos espaços educativos e nas políticas públicas educacionais. (DINIZ, 2011, p. 41).

Assim, todo/a educador/a, ao trabalhar com a questão racial, deveria, segundo Gomes (2008), construir uma experiência de formação em que pudessem vivenciar e assimilar as práticas discriminatórias, podendo propor estratégias de intervenção que possuam a valorização da cultura negra. É preciso se apropriar das lutas, das demandas do movimento negro, sem esquecer que a inclusão da temática racial na escola brasileira e o reconhecimento de sua inclusão no currículo devem muito à atuação desse movimento, que almeja, dessa forma, a realização de um trabalho competente em relação à diversidade étnico-racial.

3. METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido por uma abordagem de pesquisa qualitativa com propósito exploratório e descritivo, utilizando como instrumentos a análise documental e o questionário semiestruturado. Ambos realizados em um complexo educacional de Educação Infantil da rede municipal de ensino da cidade de Lavras-MG.

A pesquisa qualitativa, segundo Gerhardt e Silveira (2009, p.32), “preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” Tal característica permite novas reflexões acerca de conteúdos que possuem relevância no cenário educacional e concomitantemente no meio social. Nessa perspectiva, a abordagem do processo social das relações étnico-raciais e atuação docente na Educação Infantil torna-se pertinente, no que tange ao caráter de pesquisa qualitativa, o que substancia as palavras de Minayo (2011, p.622): ao escrever que “ sua matéria-prima é composta por um conjunto de substantivos cujos sentidos se complementam: experiência, vivência, senso comum e ação.” Sendo assim, faz-se possível uma análise a partir das práticas educacionais vividas e experienciadas pelas educadoras no exercício de sua função na Educação Infantil.

Para que a pesquisa fosse realizada, foi feita uma análise documental do Projeto Político Pedagógico (PPP) e um questionário contendo nove questões: oito questões são de múltipla escolha e uma questão dissertativa. A análise do PPP foi realizada a fim de evidenciar se havia menção a respeito da diversidade, sobretudo para as relações raciais. O questionário foi elaborado nessa mesma perspectiva, para analisar como são construídas e realizadas as práticas pedagógicas referentes ao mesmo processo de construção social.

O instrumento utilizado para reflexões acerca do tema foi o questionário semiestruturado. Segundo Gil (1999), o questionário semiestruturado é utilizado

Como técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc. (GIL, 1999 *apud* CHAER, DINIZ E RIBEIRO, 2011, p. 260).

Nesse sentido, o foco foi evidenciar o conhecimento e a construção das práticas pedagógicas na Educação Infantil para as relações raciais. Para que tal objetivo fosse alcançado, foram selecionadas nove educadoras atuantes na mesma modalidade de

ensino. Cabe salientar que a participação das educadoras foi consentida a partir do Termo de Consentimento Livre e submetida ao Comitê de Ética (TCLE).

A seguir, apresentamos algumas informações que possibilitam compreender um pouco do perfil das educadoras, tais como faixa etária, autodeclaração, formação acadêmica, tempo de magistério e a situação funcional.

3.1 Perfil das educadoras

Os nomes das educadoras foram resguardados; dessa forma, serão utilizados nomes fictícios para identificá-las.

Nome	Idade	Autodeclaração	Formação	Função	Tempo de atuação
Joana	23	Negra	Magistério	Monitora	Ingesso recente
Maria	50	Branca	Pedagogia	Professora	Há mais de 5 anos
Rita	41	Parda	Magistério	Monitora	Há mais de 1 ano
Marta	23	Parda	Magistério	Monitora	Há mais de 1 ano
Regina	44	Parda	Magistério/Pedagogia	Professora	Há mais de 5 anos
Célia	46	Branca	Pedagogia	Professora	Há mais de 5 anos
Cláudia	57	Parda	Magistério/Pós-graduação em Filosofia e Ed. Infantil	Professora	Há mais de 5 anos
Rafaela	42	Branca	Pedagogia	Professora	Há mais de 5 anos
Luísa	29	Parda	Pedagogia/Magistério	Professora	Há mais de 1 ano

Constatamos a partir das informações apresentadas que o número de educadoras varia entre professoras e monitoras. Pressupõe-se que as monitoras ocupam um papel de coadjuvante no processo de ensinar-aprender-ensinar, visto que a professora detém em suas mãos a responsabilidade de conduzir as práticas pedagógicas em sala de aula. Há uma diferença entre a idade das professoras e monitoras; é possível perceber que as que possuem maior idade ocupam a função de professora, considerando também que o tempo de atuação é discrepante entre elas. A autodeclaração varia entre pardas e brancas, o que é uma problemática a ser analisada, devido ao embranquecimento e perda de identidade da população.

3.2 A autodeclaração de raça

A identidade racial é construída social, histórica e culturalmente e permeada por conflitos e diálogos. Nesse sentido, Gomes (2002, p.39) assevera que “Nenhuma identidade é construída no isolamento. Ao contrário, é negociada durante a vida toda por meio do diálogo, parcialmente exterior, parcialmente interior, com os outros.” A afirmação da autora faz refletir a respeito dos processos de aceitação da cor da pele e o pertencimento racial das educadoras que responderam ao questionário. Dentre as nove questionadas, no tocante à sua autodeclaração, apenas a educadora Joana declarou-se negra, enquanto as outras se dividiram em brancas e pardas.

Um fato que chamou atenção foi a educadora Luísa; de acordo com suas características fenotípicas, deveria declarar-se negra, mas declarou-se parda. Não é possível descrever ou relatar os motivos que a levaram a responder dessa forma, porém, pode-se presumir que seja por questões pessoais e/ou sociais, e talvez o fato de pertencer a uma cultura negligenciada, subalternizada e silenciada há muitos anos. (MK GOBA, 1996, *apud* SILVA, 2007, p. 498). Destaca que

...diversidade de pessoas, idéias, perspectivas, interpretações, culturas, estilos de vida e experiências é o que permite, aos educadores, estudantes, pesquisadores refletir sobre e relacionar-se com a sociedade em que vivem, com a(s) cultura(s) em que estão inseridos.

O sentimento de não querer pertencer a determinado grupo desenvolve-se na construção social da identidade e nas relações interpessoais. Entender e inserir-se em uma cultura inferiorizada não é um processo de fácil aceitação; nesse sentido, para Backes (2006, p. 431), “A cultura é ambivalente. É cheia de práticas contraditórias. A cultura faz com que as pessoas fiquem indignadas diante das injustiças, diante das discriminações/racismos, diante da dor do outro e da outra”. Portanto, não se faz necessário justificar a escolha de cada uma em relação ao seu pertencimento racial, visto que isso é uma escolha pessoal feita a partir de processos socioculturais.

Algumas educadoras se autodeclararam pardas; tal informação faz pensar acerca do embranquecimento e a não apropriação de seu pertencimento racial. Embora se enquadrassem em um perfil fenotípico negro, ainda assim preferem afirmar que são pardas; o que presume-se ser devido ao teor de inferioridade causado pelo racismo em diferentes esferas. Assim, segundo Ribeiro (2017),

Até mesmo a ideia de que é possível mudar de um grupo racial para outro não faz muito sentido, porque o que provavelmente ocorre é que as pessoas

se se movem um pouquinho para cima ou para baixo no contínuo racial, ou seja, não mudam inteiramente de um grupo racial para outro (2017, p. 2).

Conforme o autor, não teria sentido tentar inserir-se em um grupo no qual você não está inteiramente colocado, é inevitável que os reflexos de uma sociedade que se projeta branca irá recair na condição racial do sujeito não pertencente ao grupo, embora faça todos os esforços para que isso realmente aconteça. O preconceito racial tem dividido a sociedade em grupos classificados por meio de superioridade ou inferioridade, embora permeados pelo mito da “democracia racial”; as desigualdades existem, estendendo-se do meio social ao meio escolar.

3.3 Refletindo acerca das questões

A elaboração das questões foi feita a partir de estudos prévios referentes às relações étnico-raciais na Educação Infantil e como é a atuação dos/das educadores/as no processo educativo para a diversidade racial. A análise das respostas das questões fechadas é apresentada, a seguir, em gráfico, relacionando o número de respostas às questões aplicadas e a descritiva (aberta) será transcrita. As questões foram as seguintes:

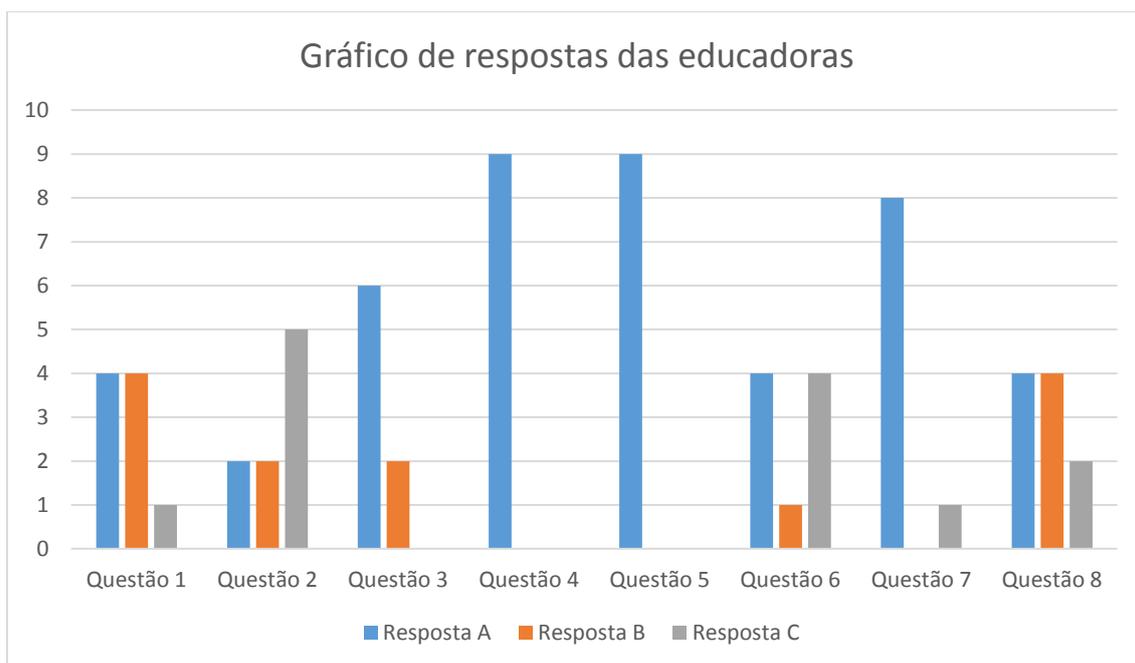
- 1- Qual a sua formação profissional?
 - a) Pedagogia
 - b) Magistério
 - c) Outros

- 2- Tempo de atuação na Educação Infantil?
 - a) Ingressei recentemente.
 - b) 1 a 5 anos.
 - c) 5 anos ou mais.

- 3- Durante o ano letivo é estudada ou mencionada a trajetória da história do povo negro:
 - a) Mencionada somente em datas comemorativas como 13 de maio, o mês do folclore e 20 de novembro.
 - b) Estudada através de conteúdos programáticos.
 - c) Não é estudada.

- 4- Como educador (a), qual a sua posição em relação às questões raciais no âmbito escolar?

- a) Busca inovar as práticas pedagógicas e inserir de maneira significativa os valores e os conceitos do povo negro.
 - b) Não considera um assunto relevante.
 - c) Mantém-se neutro frente às questões raciais, visto que o planejamento escolar é elaborado a partir de documentos oficiais.
- 5- Como são realizadas as abordagens das questões sociais com as crianças?
- a) É baseada na realidade dos/das alunos/as, promovendo uma possível desconstrução de estereótipos e a não reprodução de práticas discriminatórias.
 - b) Considera tais questões pouco relevantes, pois a escola prioriza outras temáticas.
 - c) Não são abordadas.
- 6- Você acredita que há discriminação racial na escola?
- a) Sim, pois lidam com a diversidade racial no ambiente escolar.
 - b) Apenas quando escutam algum xingamento em relação à cor da pele.
 - c) Não acredito que haja discriminação racial.
- 7- Acredita-se que a prática pedagógica é um caminho para o fortalecimento, reconhecimento e aceitação da diversidade racial. Portanto, deve-se:
- a) Fortalecer e promover orgulho racial dos alunos e alunas reconhecendo o legado cultural brasileiro constituído pelos povos negros.
 - b) Não enfatizar as versões estereotipadas referentes ao povo negro trazidas nos livros didáticos e em outros meios de informação.
 - c) Apenas ensinar as diferenças.
- 8- As práticas discriminatórias no ambiente escolar, principalmente da Educação Infantil, podem acarretar em danos futuros para as crianças negras.
- a) Não necessariamente, crianças ainda não possuem entendimento sobre o racismo.
 - b) Acarretam em danos irreversíveis, visto que a criança encontra-se em formação social e cognitiva.
 - c) Não acredito que isso ocorra.
- 9- Você possui conhecimento das leis 10.639/03 e 11.645/08, em que se torna obrigatório o ensino da história afro-brasileira e indígena em todo seguimento de ensino? Tendo como base a lei, relate se é ou não aplicada em sua escola. Se sim, como é desenvolvida. Nesse contexto, comente acerca de sua perspectiva em relação à educação para e nas relações étnico-raciais.



As questões um e dois referem-se ao processo formativo e ao tempo de atuação das educadoras, já descritos com mais detalhes anteriormente. A terceira questão menciona a trajetória do povo negro e como é estudada ao longo do ano letivo; as repostas variaram entre datas comemorativas (20 de novembro, 13 de maio, folclore, dentre outras) e conteúdos programáticos abordados nas apostilas. O fato de apresentarem um maior número em relação à primeira alternativa reforça que conteúdos ligados à diversidade são apenas estudados como um ato simbólico e festivo acerca de algo que deveria ser trabalhado todos os dias, para que as crianças possam se apropriar de modo efetivo do contexto histórico do povo negro para a cultura brasileira. Segundo Gomes (2012), a aprendizagem das culturas afro-brasileiras dá-se também por meio de musicalidade, expressão, gestos, podendo considerar desse modo uma ruptura epistemológica e cultural no tocante à inovação curricular.

A quarta questão refere-se à posição da educadora frente às questões raciais no ambiente escolar; por unanimidade todas responderam a mesma alternativa, em que descrevem inovar as práticas pedagógicas e inserir significativamente os valores e os conceitos do povo negro. A resposta dessa questão soa contraditória ao questionamento anterior, visto que se é mencionada ou estudada em sua maioria em datas comemorativas não é possível que haja uma preocupação em relação às questões raciais de maneira efetiva.

Por conseguinte, a quinta questão também foi respondida por todas educadoras a mesma alternativa, em que sonda acerca das abordagens das questões raciais com as crianças; a resposta é que são baseadas na realidade das crianças, promovendo uma possível desconstrução de estereótipos e a não reprodução de práticas discriminatórias. Em seguida, a sexta questão investiga se há discriminação racial na escola; houve uma divisão considerável entre as alternativas A e B. A alternativa A afirma que sim, pois lidam com a diversidade no ambiente escolar, e a B refere-se ao fato de que não acreditam que haja discriminação. Depara-se mais uma vez com a contradição de respostas; se há abordagens referentes à questão racial, como explicar que a metade das educadoras acredita não existir racismo na escola? Ou acham que não estão reproduzindo o racismo quando não tocam no cabelo da criança negra? Quando ela não é beijada ao adentrar o espaço escolar? Quando não são escolhidas para as brincadeiras? são questionamentos que surgem a partir das vivências no espaço escolar. Rosemberg (2014) descreve a visão da desigualdade observada entre negros/as e brancos/as na sociedade brasileira, em que os/as negros/as não possuem os mesmos direitos e acessos do que os/as brancos/as, em uma sociedade que adota a ideologia de superioridade do/da branco/a. Considerar o racismo apenas um processo interpessoal seria equívoco. Combater o racismo simbólico e interpessoal não elimina as desigualdades, e situar o combate ao racismo na educação é preciso cuidado para a missão não se tornar suicida, paradoxalmente, mantenedora do racismo.

Em resposta à sétima questão, as educadoras em sua maioria acreditam que para o fortalecimento, reconhecimento e aceitação da diversidade racial é preciso fortalecer e promover o orgulho racial das crianças, reconhecendo o legado cultural dos negros; apenas uma responde que é apenas ensinar as diferenças. Conforme Gomes (2008), para entender o racismo é preciso vivenciar e assimilar, para assim propor estratégias de intervenção que tenham a valorização da cultura negra e a eliminação de práticas racistas. Nessa perspectiva, acredita-se que todo/a educador/a ao trabalhar as questões raciais deveria tomar conhecimento das lutas, das demandas e conquistas do movimento negro, almejando a igualdade de direitos sociais a todos os cidadãos, realizando um trabalho competente em relação à diversidade étnico-racial.

A última questão de múltipla escolha refere-se às práticas discriminatórias no ambiente escolar e se podem acarretar em danos futuros para as crianças negras. As respostas variaram em todas as alternativas; quatro acreditam que não afetam

necessariamente, pois as crianças não possuem entendimento acerca do racismo; outras quatro acreditam em danos irreversíveis, e duas creem que isso não ocorra de maneira nenhuma. Acredita-se que calar diante do preconceito ou do racismo tem sido a válvula de escape de muitas educadoras para lidar com o despreparo e desconhecimento da (re) produção no âmbito escolar. Assim, Cavelleiro (2000) afirma que as crianças negras demonstram interesse por afeto, atenção, mas muitas vezes não os alcançam no ambiente escolar, levando as crianças negras a se tornarem adultos/as complexados/as. Contudo, o silenciamento das/dos educadoras/es acaba vitimando esses sujeitos, a criança negra sente-se rejeitada, não encontrando motivo ou sentido para continuar os estudos.

A questão dissertativa referiu-se ao conhecimento das leis 10.639/03 e 11.645/08, e sua aplicação e desenvolvimento na escola. As educadoras relataram suas perspectivas para uma educação voltada para as relações étnico-raciais. A seguir, o relato das educadoras.

“Não tenho consciência sobre essa lei”

Joana, 23 anos, monitora

“Sim. Tenho conhecimento. Desta maneira, busco, trabalhar tais assuntos fugindo de praticas que estereotipam e mostram índios e negros apenas como pessoas que sofreram ou sofrem injustiças, sofreram sim, mas são pessoas lutadoras, pessoas com capacidades e pessoas de direitos, procuro mostrar figuras e histórias de pessoas vencedoras e representantes de toda classe. Procuro trazer para a sala conhecimento que vai além do artesanato, da pesca da caça ou da escravidão. Pessoas normais atuais, que possuem família, internet, carros e que estudam”.

Maria, 50 anos, professora

“Não li a lei, mas sei que é um assunto de muita importância, pois é a história, todos devem conhecer e ter consciência, visto que o Brasil é um país com muita diversidade e todos devem ser respeitados quanto a igualdade e direitos”.

Rita, 41 anos, monitora

“Sim, ela é aplicada através de projetos, que relacionam história e cultura, com formas efetivas para o enfrentamento e a eliminação de racismo e discriminação, nos contextos e âmbito escolar. É um trabalho importante e significativo, para a formação de personalidade e aprendizagem, é necessário para os primeiros anos de vida, para que promova a eliminação de qualquer forma de preconceito”.

Marta, 23 anos, monitora

“Sim. Tenho conhecimento. Ela é aplicada na escola de forma efetiva, mas só nos meses comemorativos. Em todo mês de abril é trabalhado sobre a história indígena com leitura de livros sobre o assunto, como lendas indígenas; sobre comidas típicas e a cultura indígena. E no mês de novembro é trabalhado sobre a cultura afro-brasileira. Acredito ser de total importância desenvolver projetos sobre as relações étnico-raciais, nas escolas. É preciso falar sobre o assunto não somente em datas comemorativas. Ainda acontecem muitos preconceitos no ambiente escolar”.

Regina, 44 anos, professora

“Através de historinhas infantis como a da Bonequinha Preta, Menina Bonita do Laço de Fitas, lendas indígenas, etc, trabalhamos a diversidade dos povos afro-brasileiros e indígenas. Dessa forma a lei é sempre inserida de maneira lúdica e prazerosa para as crianças. Trabalhando a diversidade não só a de raças, mas religiosas, social, entre outras, as crianças aprendem desde cedo o respeito que devemos ter uns para com os outros”.

Célia, 46 anos, professora

“Sim, na Educação Infantil trabalha as diferenças, de uma forma lúdica. Pois a criança de Educação Infantil não possui entendimento sobre o racismo. Relacionam com os colegas normalmente. Essa idade eles se preocupam em dividir os brinquedos”.

Cláudia, 57 anos, professora

“Sim. De acordo com a lei devemos ressaltar em sala de aula a cultura afro-brasileira como constituinte e formadora da sociedade brasileira. Minha perspectiva é que devemos primeiramente desconstruir aquilo que aprendemos na história antiga e ressignificar a valorização cultural não apenas em datas comemorativas, mas no dia a dia”.

Rafaela, 42 anos, professora

“Não tenho conhecimento”

Luísa, 23 anos, professora¹

Ao analisar os relatos, pudemos evidenciar que a maioria possui conhecimentos a respeito da lei, com exceção de duas que não conhecem a lei. Tal lei compõe o cenário educacional obrigatoriamente, apesar de ser um assunto que deveria ser tratado com certa urgência há muito tempo, não somente no âmbito educacional, mas na esfera social.

Constatamos que algumas educadoras relataram que a inserção da lei ocorre somente em datas comemorativas, e é perceptível o quão elas falam com mais facilidade acerca dos indígenas, talvez por ser um assunto que gera menos polêmica e ser mais “fácil” de ser retratado e/ou trabalhado com as crianças. A ludicidade é o caminho mais percorrido pelas educadoras para abordar as temáticas em sala de aula, visto que para trabalhar com o lúdico também é preciso preparação, para não continuar reproduzindo de maneira estereotipada o que se refere à cultura negra e indígena.

O não conhecimento da lei é um fato intrigante, pois é de total relevância que os/as educadores/as apropriem-se de parâmetros que respaldem de maneira significativa suas práticas pedagógicas. Outro comentário que chama atenção é o de Regina, que afirma que ainda há muitos preconceitos no ambiente escolar. E em contrapartida Cláudia afirma que as crianças não possuem entendimento a respeito do racismo. As divergências nos comentários apontam que ainda há uma lacuna grande a ser preenchida em relação ao racismo e às práticas discriminatórias na Educação Infantil, e

¹ Os relatos foram transcritos sem preocupação com as normas ortográficas vigentes.

principalmente no que diz respeito ao conhecimento das educadoras do como e onde se constrói o racismo. Assim, segundo Silva (2016, p.79), “O “racismo à brasileira”, silencioso e perverso, marca a educação, tornando invisíveis as marcas da segregação racial”, e tal fato permite refletir o quão estamos velando as ações que envolvem as relações étnico-raciais em nosso cotidiano, deixando a desejar no quesito lutar por igualdade.

3.4 Por uma Pedagogia antirracista

Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rustico. Eu até acho o cabelo de negro mais iducado do que o cabelo de branco. Porque o cabelo de preto onde põe fica. É obediente. E o cabelo de branco é só dar um movimento que já sai do lugar. É indisciplinado. Se é que existem reencarnações quero voltar sempre preta.

Carolina Maria de Jesus, 1992

Carolina Maria de Jesus, mulher preta, catadora de papel, moradora de favela, é citada em epígrafe por ter sido silenciada por muitos anos durante a década de 50, e por não ter desistido do seu sonho, que era a publicação de seu livro, escrito no meio do caos da favela. Depois de sofrer anos com racismo na sociedade, Carolina consegue a tão sonhada publicação.

Assim como no livro de Carolina, o silenciamento do povo negro é assunto recorrente e passível de discussão, seja ele no âmbito educacional ou em seu meio social; é necessário parar de negar o racismo existente, é preciso reverter esse processo histórico, cruel e massacrante, para a educação tornar-se então uma grande potência.

A busca por uma educação direcionada para a diversidade intensificou-se nos últimos anos, visto que o assunto tornou-se uma problemática frente às demandas educacionais. Conforme Oliveira; Candau (2010, p.16), “As questões e os desafios se multiplicam. As buscas de construção de processos educativos culturalmente referenciados se intensificam”. Não é possível dissertar a respeito de uma pedagogia antirracista sem antes discorrer acerca do papel de brancos e brancas na construção de uma pedagogia embranquecida voltada para os interesses eurocêntricos e elitizados. A

escola, em sua maioria, reproduz as ideologias da classe dominante e, conseqüentemente, em sua prática pedagógica os saberes relacionados aos seus interesses; segundo Gomes (2002, p. 39), “A escola é vista, aqui, como um espaço em que aprendemos e compartilhamos não só conteúdos e saberes escolares mas, também, valores, crenças e hábitos, assim como preconceitos raciais, de gênero, de classe e de idade.”

Portanto, está no papel da educação a produção e reprodução da discriminação e hierarquização de conhecimento, no entanto, é necessário que isso aconteça de forma oposta, desenvolvendo propostas curriculares que promovam a valorização das relações raciais.

Para continuar abordando uma pedagogia antirracista, é necessário falar da construção de identidade das crianças negras que, em suma, coloca a criança em uma posição de pertencimento ou não na sociedade que convive através de traços biológicos ou sociais. Para isso, Goffman (s.d) define em três categorias como se constitui essa identidade:

A) identidade social – categorias e atributos que os outros conferem ao indivíduo; B) identidade pessoal – os dados e os itens biográficos; e C) identidade do eu – as concepções e sentimentos que o indivíduo adquire em relação a si. Essas são dimensões que constituem unidades em constante movimento. Assim, concebida como um processo dinâmico, a identidade possibilita a construção gradativa da personalidade no decorrer da existência do indivíduo.

(GOFFMAN *apud* CAVALLEIRO, 2006, p.86).

Pressupõe-se que o meio social associado à identidade afeta o indivíduo em diferentes etapas da vida, assim como em crianças negras o sentimento de não pertencimento ao meio social tem gerado danos futuros em cada uma delas.

Em momento nenhum pode-se culpar, responsabilizar sim, a escola como único espaço de efetivação das práticas discriminatórias; deve-se analisar a sociedade em que estão inseridas, considerando espaços de acesso público, tais como família, religião, dentre outros. Assim:

As formas de discriminação de qualquer natureza não têm o seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ali. Contudo, a escola tem papel preponderante para a eliminação das discriminações e para a emancipação dos grupos discriminados. (BRASIL, 2005, p. 14).

Nesse contexto, a escola assume um papel importante de reeducação para as relações étnico-raciais, visando reverter o silenciamento cultural existente nos currículos. Refletindo acerca das negações de culturas pertencentes à população negra, que contribui para efetivação de uma educação antirracista, pois a partir dele podemos lançar olhares críticos para o entendimento dessa problemática e a formulação de novas propostas curriculares. Esse silenciamento exercido na prática escolar reforça veementemente o quanto as propostas educacionais da classe dominante prevalecem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O racismo e as práticas discriminatórias fazem-se presentes em nosso cotidiano de forma velada, permeados pelo “mito da democracia racial” e refletem-se no âmbito educacional perversamente, principalmente na Educação Infantil, (re) produzidas práticas pedagógicas que reafirmam o racismo negado na educação. O racismo torna-se mais agressivo quando praticado com crianças em processo de construção social e cognitivo; desse modo tendem a absorver com mais facilidade o que lhes é imposto e/ou falado. “A educação, nesse sentido, teria o poder de anular o preconceito racial e, em última instância, de erradicá-lo.” (DOMINGUES, 2009, p. 976). Tal afirmação corrobora para que a educação assuma um papel transformador perante a diversidade cultural e ao legado histórico trazido pelos povos africanos para a construção histórica brasileira.

A existência de práticas pedagógicas que contemplam as relações raciais na Educação Infantil é evidente e inegável, porém são construídas e trabalhadas com as crianças, em sua maioria, somente em datas comemorativas, o que reforça a ausência da temática em outros momentos do ano letivo. A partir de tal pressuposto, é possível entender o silenciamento e a negação de culturas advindas do povo negro no processo de ensinar-aprender-ensinar.

De acordo com o tema explanado no texto, entende-se que a formação docente possui um papel principal nessa troca de conhecimento. Regada por desafios e contradições, a formação ainda encontra-se falha para uma educação voltada para a diversidade, seja racial, de gênero, étnica e dentre outras. É imprescindível a reformulação dos currículos, que devem transpassar a formação docente, possibilitando o acesso ao conhecimento e à apropriação no que diz respeito a outras culturas.

Por intermédio dos marcos histórico, tal como a implementação da Lei 10.639/03, possuímos aparatos para efetivação de práticas pedagógicas que substanciem as relações raciais e sua cultura. Passa a ser responsabilidade da instituição de ensino, bem como o envolvimento do seu corpo docente com as demandas de ensino nesse contexto, pressupondo que a formação docente continuada seja uma via de fácil acesso para apoderamento de conhecimento.

Por fim, faz-se necessário promover uma pedagogia antirracista, considerando que a escola também é lugar de luta e resistência, tendo em vista que um bom/a educador(a) constrói sua prática pedagógica de forma inclusiva e não excludente.

Referências

- BACKES, José Licínio. Articulando raça e classe: efeitos para a construção da identidade afrodescendente. **Educação & Sociedade**, v. 27, n. 95, p. 429-443, 2006.
- CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Relações raciais no cotidiano escolar: implicações para subjetiva e a afetividade. **Saberes e Fazer**, v.1: modo de ver/ coordenação do projeto Ana Paula Brandão. Rio de Janeiro- Fundação Roberto Marinho, p. 82-95, 2006.
- CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Editora Contexto, 2000.
- CHAER, Galdino; DINIZ, Rafael Rosa Pereira; RIBEIRO, Elisa Antônia. A técnica do questionário na pesquisa educacional. **Revista Evidência**, v. 7, n. 7, 2012.
- DINIZ, Margareth. **Formação docente para a diversidade e inclusão**. Ano 14, n.18-Dezembro, p.39-55, 2011.
- DOMINGUES, Petronio. O recinto sagrado: educação e antirracismo no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 138, p. 963-994, 2013.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. São Paulo: Plageder, 2009.
- GOMES, Nilma Lino. Educação e identidade negra. **Aletria: Revista de Estudos de Literatura**, v. 9, p. 38-47, 2002.
- _____. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012.
- _____. Diversidade étnico-racial: por um projeto educativo emancipatório. **Retratos da escola**, v. 2, n. 2/3, 2012.
- _____. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.
- GOMES, Nilma Lino. Educação e relações raciais. Refletindo sobre algumas estratégias de atuação. *In*: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando derivados. Superando o racismo na escola**, v. 2, p. 39-67, 2005. *o Racismo na escola*, p. 143, 2008.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Encontros e desencontros na formação dos profissionais e educação infantil. **Encontros e desencontros em educação infantil**. São Paulo: Cortex Editores, 2002.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & saúde coletiva**, v. 17, p. 621-626, 2012.
- MOORE, Carlos W. **Racismo & Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Mazza, 2007.
- NÓVOA, António. **Formação de professores e profissão docente**. Lisboa: Nova Biblioteca, 1992.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil**. Belo Horizonte: Educação em Revista, 2010.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. Contínuo racial. mobilidade social e embranquecimento. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 95, 2017.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação infantil e relações raciais: a tensão entre igualdade e diversidade. **Cadernos de Pesquisa**, v. 44, n. 153, p. 742-759, 2014.

SANT'ANA, Antonio Olímpio. História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados. **Superando o racismo na escola**, v. 2, p. 39-67, 2005.

SILVA, Luciana Soares. A Educação Infantil frente às questões étnico-raciais. **Revista de EDUCAÇÃO do Cogeime**, v. 25, n. 49, p. 75-92, 2016.

SILVA, Petronilha Beatriz. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**, v. 30, n. 63, p. 489-506, 2007.

SILVERIO, Valter Roberto. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. **Cadernos de pesquisa**, v. 117, n. 2, p. 219-246, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. São Paulo: Papirus Editora, 2013.

DOCUMENTOS OFICIAIS

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). **Parecer do Conselho Nacional de Educação - Câmara Plena (CNE/CP) nº 3, de 10 de março de 2004**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

BRASIL, Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Básica**. Diretoria de Currículos e Educação Integral. p.10-20, 2010.